

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS  
CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DO AMAZONAS – CESTB  
CURSO DE LICENCIATURA PEDAGOGIA**

**SAMANDRA MOURA ROCHA**

**FATORES QUE DIFICULTAM A APRENDIZAGEM DE CRIANÇAS COM  
NECESSIDADES VISUAIS NO ENSINO FUNDAMENTAL I NA ESCOLA PÚBLICA  
DE TABATINGA - AM**

**Tabatinga – AM  
2023**

**SAMANDRA MOURA ROCHA**

**FATORES QUE DIFICULTAM A APRENDIZAGEM DE CRIANÇAS COM  
NECESSIDADES VISUAIS NO ENSINO FUNDAMENTAL I NA ESCOLA PÚBLICA  
DE TABATINGA - AM**

Trabalho de Conclusão de Curso – TCC  
apresentado como requisito parcial à obtenção do  
grau de licenciado (a) em Pedagogia pela  
Universidade do Estado do Amazonas.

Orientador(a): Prof. Esp. Ivan Marcos Maciel dos  
Santos

**Tabatinga – AM  
2023**

Dedico esta, bem como as demais conquistas primeiramente a Deus, que me permitiu ao longo desses 23 anos ter uma vida repleta de bênçãos. Este trabalho também é dedicado à minha família, em especial a minha mãe Eva Montalvão e meu pai Cleidison Rocha, por todo apoio que deram nesta caminhada e nas demais.

## AGRADECIMENTOS

Primordialmente agradeço à Deus que esteve ao meu lado, dando força e amparo, caminhando junto a mim em todos os momentos.

A minha família, minha mãe Eva, meu pai Cleidson, minha irmã Amanda, meus irmãos Thómas, Jeremias e Tobias e por último a minha pequena e tagarela sobrinha Eliza. Uma família maluquinha, mas são os que me fortificam a trilhar meu caminho, tudo o que faço é por cada um de vocês, gratidão pelo amor incondicional e pelos puxões de orelha, sem vocês eu não seria nada.

Agradeço aos demais familiares, que me acompanharam nesta caminhada e me ajudaram de alguma forma, em especial agradeço a minha querida tia Valdete, todo seu carinho e o orgulho que a senhora sente por mim, faz com que eu me esforce ainda mais para realizar todos os meus sonhos. Aos amigos gratidão por todo apoio e impulso, Victória Silva lhe prometi que estaria nos meus agradecimentos, obrigada pelo amor que construímos e por acreditar sempre em mim. Ao meu quarteto da faculdade, Fabiana, Cleiciany, Sônia e Yana gratidão, sem vocês na minha vida eu estaria perdida. Victória Oliveira saiba que não lhe esqueci, te agradeço amiga, por todas as palavras de encorajamento e por toda oração que eu tenho certeza que faz por mim e minha família.

Não posso esquecer de agradecer a Universidade do Estado do Amazonas, onde tão jovem e inocente ingressei, hoje saio uma profissional que ama o curso que escolheu e que diz com muito orgulho que se formou na UEA de Tabatinga-AM. Aos professores da universidade, que realizam seu trabalho com tanto amor, agradeço por todo conhecimento que nos foi transmitido. Gratidão a minha querida professora Darcimar, este trabalho também é seu, espero que esteja orgulhosa de mim, sei que está protegendo nossas crianças aí do céu.

Meu muitíssimo obrigada, para finalizar, ao meu querido orientador, Professor Ivan Marcos Maciel dos Santos, tantas vezes que eu lhe mandei mensagem dizendo que não ia conseguir e o senhor sempre me incentivando, “vai da tudo certo”, “desistir? jamais”, as palavras que me faziam acreditar ainda mais no meu potencial. Este trabalho é nosso, sem suas orientações este TCC não sairia. Seu amor pela educação e sua força de vontade me servem de exemplo, e que o mundo saiba do profissional incrível que tu és.

I

Imagino quem é deficiente  
Que na vida perdeu sua visão  
Só restando gigantes desafios  
Na sua vida só ver escuridão,  
Muitos jovens não tinham o que fazer  
Pois o sonho maior era escrever  
E engajasse no meio da educação.

II

Luís Braille um jovem talentoso  
Inventou um sistema de impressão  
Com seis pontos ele fez o alfabeto  
Destinado pra quem não tem visão,  
O sistema do Braille foi criado  
Quem é cego ficou bem equipado  
Pra sonhar com uma boa educação.

[...]

**Quem Perdeu a Visão**

Cordel do professor de AEE Raimundo de Paulo Nogueira – 2015

## RESUMO

O objetivo da presente pesquisa de graduação é averiguar quais os fatores que dificultam a aprendizagem de crianças com DV numa escola pública de Tabatinga. Para isso, foram desenvolvidas as seguintes etapas: (1) Um breve histórico sobre educação inclusiva, trazendo os pontos mais importantes; (2) Breves apontamentos sobre a deficiência visual; (3) Educação inclusiva com alunos cegos; (4) Entrevista para com as pessoas que fazem parte da escola e que obtém relação com alunos com Deficiência Visual na instituição; para (5) Constatar as experiências desses indivíduos e suas opiniões em relação a escola. Sendo assim, está é uma pesquisa qualitativa, trazendo dados históricos e experiências na educação especial.

**Palavras-chave:** DV (Deficiência Visual); Inclusão; Educação; Dificuldades.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>9</b>
<b>CAPÍTULO I - REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	<b>12</b>
1.1 Educação especial: context legal .....	12
1. 2 Breves apontamentos acerca da deficiência visual (DV).....	16
1.3 A escola inclusiva .....	19
<b>CAPÍTULO II - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....</b>	<b>23</b>
2.1 ABORDAGEM DA PESQUISA.....	23
2.2 COLETA DE DADOS ATRAVÉS DE ENTREVISTAS .....	23
2.3 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÕES DOS RESULTADOS .....	24
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>38</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>39</b>

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

**CEB** - Câmara de Educação Básica

**CF** - Constituição Federal da República Federativa do Brasil

**CNE** - Conselho Nacional de Educação

**DV** - Deficiência Visual

**EaD** – Educação a Distância

**ECA** - Estatuto da Criança e do Adolescente

**LDB** - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

**LDBEN** - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

**Libras** - Língua Brasileira de Sinais

**MEC** - Ministério da Educação

**NEEs** - Necessidades Educacionais Especiais

**ONU** - Organização das Nações Unidas

**PcD** – Pessoa com Deficiência

**PNE** - Plano Nacional de Educação

**PPE** - Pessoa Politicamente Exposta

**SEMED** - Secretaria Municipal de Educação –

**TCC** - Trabalho de Conclusão de Curso

**UNESCO** – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

## INTRODUÇÃO

Nos dias atuais percebemos que a busca por independência financeira, profissional e pessoal por pessoas com necessidades especiais é grande, mas para que isso aconteça é necessário que o Estado, por meio de escolas, dê aos alunos a educação conveniente com a realidade de cada um. A escola tem um papel importantíssimo no crescimento destas crianças, trabalhando com o intuito de libertá-los dessa dependência que a sociedade imposta.

Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) surgiu de inquietações pessoais em relação ao tema Desafios da Educação de Cegos, juntamente com o interesse na educação especial e por observações feitas no período escolar.

A curiosidade pela educação especial estava sempre presente, a admiração pela Língua Brasileira de Sinais – Libras, foi um grande guia para este trabalho ser desenvolvido, pois a Libras trouxe o desejo de saber mais, sobre as demais deficiências, a vontade de entender melhor sobre a deficiência visual foi crescendo, conhecer sobre o Braille, sobre os desafios que as pessoas com DV sofrem diariamente, e o mais importante, compreender como é o desenvolvimento destes indivíduos, lembrado que, quando falamos de deficiência visual, citamos os com perda total da visão e os com baixa visão ou visão subnormal.

Tais inquietações e perguntas correlacionados com as observações já feitas de certas situações vividas no período escolar, como a falta dos alunos com DV nas salas de aula com os demais colegas, as escadas que dificultavam o percurso dos alunos em determinadas salas, em si, a estrutura da escola era completamente inadequada para receber alunos especiais, sala da direção, biblioteca, auditório, sala dos professores e refeitório, localizavam-se no andar de cima, dificultando o acesso para cadeirantes, para cegos, e assim sucessivamente.

A falta de oportunidades para esses indivíduos e a escassez de materiais didáticos, visto que, quando trabalhamos com pessoas com deficiências sabemos dos níveis diferenciados que possuem, portanto matérias diversos são necessários para que se possa trabalhar com eles, e não é diferente com os alunos com DV, precisam de didáticas e equipamentos que supram as necessidades básicas dos mesmos.

A escola tem o dever de promover a inclusão de todas as crianças no referente ao acesso e permanência no espaço escolar e no desenvolvimento das

suas aprendizagens. Neste sentido, levantou-se os seguintes questionamentos: Como a escola tem se organizado para incluir as crianças com necessidades visuais? Quais fatores estruturais são decisivos para que a criança com deficiência visual desenvolva suas competências e habilidades de aprendizagens?

A inclusão de alunos com deficiência visual no sistema regular de ensino vem aumentando a cada ano, sendo assim, a uma grande necessidade de as escolas estarem mais preparadas para receber esses alunos de forma inclusiva, afetuosa e acolhedora, com as situações abordadas o interesse em realizar esta pesquisa surgiu. Que possamos entender a importância da educação inclusiva e valorizar as escolas que atendem as crianças com deficiências, sendo essencial para o desenvolvimento desses indivíduos, facilitando a aprendizagem e o convívio em sociedade, fazendo com que obtenham autonomia.

Este TCC tem como objetivo geral investigar os fatores que dificultam a aprendizagem de crianças com necessidades visuais no ensino fundamental I na escola pública de Tabatinga. Quanto aos âmbitos específicos, os objetivos são: Identificar os recursos didáticos que a escola utiliza no ensino a criança com DV; Enumerar os fatores que dificultam a aprendizagem das crianças na sala de aula; Verificar as metodologias pedagógicas desenvolvidas pelos professores para inclusão de crianças com deficiências visuais na sala de aula; Investigar sobre as adaptações estruturais físicas de acesso a permanência da criança com DV; Analisar os fatores positivos e negativos que influenciam no desenvolvimento da inclusão das crianças com necessidades visuais na escola.

Na primeira parte da pesquisa vamos entender melhor sobre a educação inclusiva, um breve histórico contando como foi se desenvolvendo está educação. Por conseguinte, traremos apontamentos acerca da deficiência visual, sua definição, as leis que corroboram para que os cidadãos com DV usufruem de uma boa educação, e de qualidade de vida. A educação inclusiva faz parte desta pesquisa, onde será relatado como ocorre está inclusão com os alunos com DV.

A realização de entrevistas e suas respectivas respostas estão nos resultados desta pesquisa, que a partir da escolha dos personagens que designam esta pesquisa formulamos o questionário e aplicamos as entrevistas na Escola Municipal Professora Jociêdes Andrade. Os participantes foram 5 pessoas que gentilmente colaboraram para a coleta de dados. Dessa forma, os resultados buscam unir o histórico educacional e pessoal dos 4 entrevistados, para que assim

possamos entender as dificuldades da escola e como os profissionais lidam com estas situações.

## CAPÍTULO I - REFERENCIAL TEÓRICO

### 1.1 Educação Especial: context legal

Muito se discute a importância da Educação Inclusiva na qual significa integrar todos as pessoas com deficiência (PcD) em salas regulares por meio de uma abordagem democrática e humanística sem rigidez onde o foco são as pessoas não a organização. No entanto, a inclusão de alunos com deficiência não é só colocá-los em escolas regulares e sim inseri-los nas atividades adaptadas propostas pelos professores com os demais alunos para que haja socialização e uma relação sócio efetiva entre eles (SILVA et al., 2022).

Como objetivo fundamental, em seu artigo 3º, inciso IV, garante-se a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. Observa-se, inclusive, no artigo 5º, que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade (BRASIL, 1988).

Adentrando especificamente na seara educacional, constata-se que a Constituição Federal da República Federativa do Brasil - Constituição Federal da República Federativa do Brasil - CF reservou-lhe que educação será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (artigo 205). Como base nos princípios do ensino, em seu artigo 206, inciso I, tem-se a igualdade de condições para acesso e permanência na escola; acerca da Educação Especial, garante se o atendimento educacional especializado ao estudante com deficiência na rede regular de ensino, conforme artigo 208, inciso III (BRASIL, 1988).

Em 1948 em Paris, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, foi dotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (resolução 217 A III), como o ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações e, por certo, significou grande marco em relação à formação de arcabouço de direitos e princípios que envolvem o ser humano (ONU, 1948).

Seguindo o contexto amplo da Educação Especial, podemos citar a Convenção de Direitos da Criança em 1989, foi instrumento de direitos humanos mais aceito na história universal, sendo ratificado por 196 países e que expressamente apontou a necessidade de assegurar à criança com deficiência o acesso à educação e o direito à integração social e ao desenvolvimento individual (ONU, 1989); e a Declaração de Jomtien (Declaração Mundial sobre Educação para Todos), em 1990 na Tailândia, satisfazendo as necessidades básicas da aprendizagem de todos(as) (UNESCO, 1990).

Em sequência, em 1994, durante a Conferência Mundial sobre Educação Especial em Salamanca (Espanha), tem-se como grande marco internacional a elaboração da Declaração de Salamanca, com o objetivo de fornecer diretrizes básicas para a formulação e reforma de políticas e sistemas educacionais de acordo com o movimento de inclusão social (UNESCO, 1994).

Em virtude dessa nova orientação, impõe-se o paradigma da diferença às políticas, práticas e organizações de ensino com intuito de eliminar barreiras ou qualquer possibilidade de categorização de pessoas com necessidades especiais, conforme ensina Mantoan (2006):

Se a igualdade é referência, podemos inventar o que quisermos para agrupar e rotular os alunos como PNEE, como deficientes. Mas se a diferença é tomada como parâmetro, não fixamos mais a igualdade como norma e fazemos cair toda uma hierarquia das igualdades e diferenças que sustentam “normatização” (MANTOAN, 2006, p. 24).

O Brasil é signatário das convenções e acordos da ONU acima mencionados. Melo (2017) apontou que no Brasil a educação inclusiva foi adotada como o princípio ao abordar a diversidade de necessidades especiais dos alunos. Por exemplo, em 1990, o governo brasileiro assinou a Declaração Mundial sobre Educação para Todos. Em 1992, o Ministério da Educação começou a elaborar um plano para o desenvolvimento em longo prazo da Educação Básica. Afirmou sua intenção de buscar os objetivos de Educação para Todos.

Conforme Torres (2014) Em 1998, o Ministério da Educação – MEC enviou ao Congresso Nacional O Plano Nacional de Educação depois de muitos. Esse plano atendia os pressupostos básicos da L.DB/1996. É importante ressaltar que o primeiro Plano Nacional de Educação se originou no ano de 1962, tendo como base a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 4.024, de 1961.

Até 1998 este plano sofreu apenas adaptações, embora em 1971 tenha sido promulgada uma nova LDB - Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971 (BERNADES; SANTOS; LUCENA, 2022).

O Plano Nacional de Educação de 1998 afirmou sua intenção de buscar os objetivos da Educação para Todos. O governo brasileiro baseia a inclusão da educação especial em suas políticas enfatizando que deveria haver educação para todos, sem discriminação. A Política Nacional de Educação foi aprovada em 1997, estabelecendo educação especial como um componente-chave (GIL, 2015).

O Ministério da Educação estabeleceu que as principais linhas estratégicas para o desenvolvimento da educação especial seriam; promover o princípio da integração, através da sensibilização e mobilização de escolas e comunidades regulares para o programa de educação especial integrada, capacitando professores itinerantes de apoio; fornecimento de materiais e equipamentos educacionais; e projetar planos de estudos flexíveis para crianças com necessidades especiais de educação (BERNADES; SANTOS; LUCENA, 2022).

Já em 1999, foi realizada a Convenção Interamericana para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência, também conhecida por Convenção da Guatemala, que teve por objetivo prevenir e eliminar todas as formas de discriminação contra as pessoas com deficiência e propiciar a sua plena integração à sociedade. A convenção foi adotada e assinada por vinte países membros da Organização dos Estados Americanos (OEA), incluindo o Brasil (OEA, 1999). Assim, por consequência, o texto da Convenção da Guatemala foi aprovado no Brasil pelo Decreto Legislativo nº 198, de 13 de junho de 2001 (BRASIL, 2001a); e promulgado pelo Decreto nº 3.956, de 8 de outubro de 2001 (BRASIL, 2001b).

Nos anos subsequentes, os avanços prosseguiram, sendo pertinente apontar a Declaração de Madri, aprovada no Congresso Europeu de Pessoas com Deficiência, em 2002, entendendo a deficiência como uma questão de Direitos Humanos, enumerando as barreiras na sociedade que conduzem à discriminação e à exclusão social, defendendo oportunidades iguais às pessoas com deficiência. (CONGRESSO EUROPEU SOBRE DEFICIÊNCIA, 2002). Em 2007, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo foram assinados em Nova Iorque, garantindo a igualdade de oportunidades, combate à discriminação e a eliminação das barreiras sociais – tanto arquitetônicas como de

atitude. Porque só assim haverá o pleno exercício dos direitos, autonomia e respeito à dignidade inerente as pessoas com deficiência (BRASIL, 2009).

No Brasil, sob as bases da Convenção de Nova Iorque, foi editada a Lei nº 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – Estatuto da Pessoa com Deficiência). Em seu Art. 27 é assegurado que a pessoa com deficiência tenha acesso ao *“sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.”* Além disso, em seu Artigo 28, 2º parágrafo, é incumbência do poder público o *“aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena”* (BRASIL, 2015).

Merecem destaque as leis federais: Lei nº 7.853/1989, que dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras<sup>1</sup> de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências (BRASIL, 1989); a Lei nº 10.098/2000, que estabelece normas gerais e critérios para acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL, 2000); a Lei nº 10.436/2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras (BRASIL, 2002); a Lei nº 10.845, de 5 de março de 2004, que instituiu o Programa de Complementação ao Atendimento Educacional Especializado às Pessoas Portadoras<sup>3</sup> de Deficiência (BRASIL, 2004); e a Lei nº 12.764/2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112/1990. (BRASIL, 2012).

No âmbito da educação, a Lei nº 9.394/1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) (BRASIL, 1996). Vale destacar que, mesmo antes da LDBEN e nos passos da CF, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) – Lei nº 8.069/1990 – trouxe, o direito à educação para o pleno desenvolvimento da pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, em igualdade de condições para o acesso e permanência na escola (artigo 53, I). Também restou

assegurado à criança e ao adolescente com deficiência o atendimento educacional especializado (artigo 54, III) (BRASIL, 1990).

Ainda na seara educacional, podemos mencionar a Lei nº 10.172/2001 que aprova o Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2001c); a Resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE)/Câmara de Educação Básica (CEB) nº 4/2009, que institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial (BRASIL, 2009b); o advento da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, em 2008 (BRASIL, 2008); e a Lei nº 13.005/2014 que aprova o novo Plano Nacional de Educação -PNE, com destaque para a Meta 4, que dispõe sobre a universalização do acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado (BRASIL, 2014).

Continuando, no plano normativo federal, regulamentando as leis de referência, destacam-se o Decreto nº 7.611/2011, que dispõe sobre a Educação Especial e o atendimento educacional especializado (BRASIL, 2011a); e o Decreto nº 7.612/ 2011, que instituiu o Plano Nacional da Pessoa com Deficiência - Plano Viver sem Limite (BRASIL, 2011b).

## 1. 2 Breves apontamentos acerca da deficiência visual (DV)

Para entender como ocorre a escolarização da pessoa com deficiência visual (DV), torna necessário conhecer quem a legislação considera deficiente, e as definições classificações médicas e educacionais referentes ao deficiente visual. Esse é o primeiro passo, pois as causas e o período que a pessoa adquiriu a deficiência explicam seu processo de desenvolvimento, e evita que se crie um padrão para ensinar essas pessoas, sem considerar suas singularidades e limitações (SILVA, 2018).

A Convenção Internacional Sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, traz um conceito geral de deficiência, estabelecendo que:

Artigo 1 (...) Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas (REZENDE; VITAL, 2008, p. 27).

Nessa esteira, a Convenção afirma que “deficiência” é um termo resultante da consideração de barreiras externas o que significa dizer que a capacidade das pessoas com algum tipo de limitação ainda é desconhecida por vários seguimentos da estrutura social, até mesmo na esfera da educação.

Seguindo essa mesma linha de raciocínio, o Decreto de nº. 5.296/04, em seu art. 5º, alínea “c”, que considera deficiente visual aquele que possui restrição ou comprometimento de natureza sensorial no campo da visão, conforme o disposto a seguir:

[...] deficiência visual - cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60º; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores (BRASIL, 2004).

A visão é um dos sentidos mais primordiais para a aceção do mundo. A criança é estimulada desde cedo a olhar o que acontece à sua volta. Uma vez que, nesta fase, a visão é o elo com os outros sentidos, pois permite associar som e imagem, imitar gestos ou comportamentos, perceber as emoções. Para as crianças DV, o tato e a fala são os meios de comunicação no mundo (SÁ; CAMPOS; SILVA, 2007).

A deficiência visual (DV) pode ser compreendida como uma alteração que afeta a visão e que compromete a capacidade de enxergar. A deficiência visual se divide entre cegueira, que pode ser descrita como a ausência total de funcionamento da visão, impossibilitando a capacidade de enxergar e em baixa visão, que é um funcionamento visual mínimo, que corresponde entre 0,3 e 0,05 de acuidade visual no melhor olho (PINTO et al., 2020).

A deficiência visual é uma das muitas deficiências que exigem educação especial, justamente por que cria a necessidade de especialistas com habilidades específicas, bem como livros, materiais e equipamento para aprender através de modos alternativos, o que gera a necessidade de realização na aquisição de informações através de aprendizagem incidental e a necessidade de individualização de instruções devido à menor velocidade na leitura técnica e redação, por exemplo (HELM, 2018).

Observa-se, ainda hoje, conforme cita Silva (2018), que muitas instituições de ensino só passam a se preocupar em tornar seu espaço acessível a partir do momento que estes alunos são matriculados na escola, revelando assim o despreparo estrutural em suas múltiplas dimensões. Esse ponto negativo, pode ser superado, fazendo previamente as adaptações necessárias tanto físicas quanto pedagógicas.

Nesse sentido, as leis federais nº 10.048/2000, nº10.098/2000, nº 13.146/2015 e o Decreto Federal nº 5.296/2004 que garantem a acessibilidade para todas as pessoas, também dispõem que todas as escolas devem se preparar para receberem alunos com e sem deficiência, sob pena de não obter autorização para seu funcionamento. Dessa forma, a legislação que trata da acessibilidade visa garantir o direito de ir e vir com total autonomia mediante a eliminação das barreiras (SILVA, 2018).

O artigo 3º, inciso I, do Estatuto da Pessoa com Deficiência define a acessibilidade como sendo a

[...] possibilidade e condição de alcance para utilização com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privado de uso coletivo, tanto na zona urbana como na zona rural, por pessoa com deficiência ou como mobilidade reduzida (BRASIL, 2015).

A pessoa com DV utiliza o uso da escrita em Braille e os sistemas sensoriais para aprender a se comunicar e fazer suas atividades do dia a dia. É válido ressaltar que nem todo aluno com deficiência visual utiliza este meio de recurso para lê, é necessário estar alfabetizado e ter uma boa capacidade sensorial. Quando um aluno com DV não utiliza a escrita Braille para fazer suas atividades, ele pode utilizar a audição, ou seja, com *audiobooks* ou com falas de uma pessoa com visão dita normal explicando detalhadamente o contexto, seja ele uma história narrada ou o ambiente onde se encontra é possível que o discente com DV possa compreender o que lhe é transmitido. A audição, por meio da linguagem, é um sentido fundamental para o cego, pois muito do que ele não vê pode ser entendido pela linguagem. Para tal, ele precisa que pessoas com visão dita normal descrevam o que é visual (NUNES; LOMÔNACO, 2008).

A audição pode ser uma grande aliada na hora de repassar o conteúdo escolar, no entanto, é necessário saber como descrever o conteúdo, um professor com visão “normal” deve estar atento para que o aluno cego não entenda os exemplos e conceitos errado, dessa forma não é apenas ler o livro didático, é saber descrever com cores e posições o que está acontecendo no contexto abordado. Assim, o aluno com deficiência visual tem a escrita Braille e o uso da audiodescrição para utilizar como auxílio na hora da aprendizagem, cabendo ao professor usar essas ferramentas para a elaboração de novos recursos didáticos a fim de elaborar a inclusão na sala de aula e na sociedade (POZZOBON; POZZOBON, 2019).

Além disso, o uso da tecnologia torna-se também um aliado para a inclusão das pessoas com deficiência visual. Uma vez alfabetizados por meio do sistema Braille, este recurso colabora para o processo de ensino-aprendizagem, na medida em que o acesso ao computador e outras tecnologias de informações oferecem ao educando condições de participação globalizada (MELO; OLIVEIRA, 2019).

### 1.3 A escola inclusiva

A inclusão escolar é uma temática bastante discutida no âmbito educacional. Por se tratar de uma realidade muito presente dentro das salas de aula, a falta de formação de professores e o pouco conhecimento sobre como adaptar o currículo para contemplar esses alunos, se torna um impasse para conseguir alcançar a aprendizagem de todos. Do ponto de vista da Inclusão educacional, essa realidade traz a necessidade de estudos, reflexões e pesquisas para embasar o trabalho docente dando suporte ao professor e contribuindo para o pleno desenvolvimento do processo inclusivo (COELHO; SOARES; ROEHRS, 2022).

O foco da inclusão é mais amplo que o da integração, já que enquanto a finalidade desta é assegurar o direito das pessoas com necessidades educativas especiais, ou outros grupos tradicionalmente excluídos, a educar-se em escolas comuns, a inclusão inspira oferecer uma educação de qualidade para todos, ampliando o foco a partir de alguns grupos a todos os estudantes. Isto significa que a inclusão tem um eixo central das políticas educativas e uma responsabilidade do sistema educativo em conjunto. (BLANCO, 2010)

O primeiro professor cego do Brasil foi José Alvares de Azevedo, um ativo defensor do ensino de Braille e da educação formal de cegos, que mostrou ao

imperador D. Pedro II a importância de uma escola para cegos no Brasil, visando reduzir o analfabetismo no país e conseguiu fazer com que fosse criada a primeira escola de cegos do Brasil, o Imperial Instituto dos Meninos Cegos em 1954, o atual Instituto Benjamin Constant (INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT, 2018).

O Imperial Instituto para Meninos cegos, diferia do assistencialismo de muitas escolas especiais para o público-alvo da educação especial, que se restringiam ao ensino de noções de atividades de vida diária, pois mesmo no século XIX, os alunos tinham acesso ao ensino do Braille e conteúdos referentes ao ensino básico, secundário e abrangia também o ensino profissional (CABRAL, 2020).

O Braille é um sistema de escrita que difere do gráfico. Barbosa, Buzetti e Costa (2019) apontam que a criança cega precisa ter bem desenvolvida a orientação espacial para saber a localização dos pontos que formam cada uma das letras, lateralidade para identificar a coluna em que serão marcados os pontos, bem como saber que ao escrever em Braille, terão que escrever na reglete da direita para a esquerda e quando virar a folha os pontos em relevo permitirão a leitura da esquerda para a direita.

Conforme Pinto e Barbosa (2022), é importante que a criança cega seja estimulada precocemente, de maneira a desenvolver habilidade que são pré-requisitos para a aprendizagem do Braille, além da lateralidade, destacamos também a percepção tátil, pois é importante que a criança cega aprenda a usar o tato para conhecer e explorar o ambiente a sua volta, começando com objetos grandes, até chegar a percepção de detalhes, como contornos em alto relevo e ou pontos em papel, pois esse é fundamental para identificação dos pontos que formam a escrita em Braille.

As escolas integradas têm se tornado populares em todo o mundo e no Brasil não é diferente. No Brasil estão crescendo. Pais de crianças deficientes colocam sua esperança na integração como uma chance de escapar da exclusão social e marginalização. No Brasil a integração na educação ocorre na integração nas aulas nas escolas regulares ou integração nas escolas, onde todas as classes são integradas. Em algumas escolas no Brasil de 40 alunos, pelo menos 3 têm deficiência. No caso de deficientes visuais essas escolas adotam o sistema de um professor adicional (MELO, 2017).

Dentro da perspectiva de uma inclusão educacional no contexto de educação especial, se discute muito sobre o papel da escola no acesso ao conhecimento dos

alunos com necessidades educacionais especiais e de que forma, materiais e métodos devem contemplar esse processo de ensino e aprendizagem (COELHO; SOARES; ROEHRS, 2022).

Conforme Melo (2017), a escola inclusiva, pressupõe professores preparados para trabalhar com a deficiência o que hoje não ocorre, por que as escolas de formação de professores não possuem em seu currículo essa formação específica.

O problema maior da inclusão ainda é a formação de professores, principalmente para atuar com alunos com deficiência visual e cegueira. Lidar com diferenças e divergências é um dos maiores problemas enfrentados pelas escolas em todo o mundo, com problemas comportamentais, sociais e/ou emocionais apresentando os maiores desafios para a inclusão (SOUZA; GUIMARÃES, 2014).

Nessa perspectiva, acredita-se que a formação docente se dá em um processo contínuo, reflexivo, que leva a uma mudança interna dos sujeitos, os quais repensam suas concepções e ações. É um movimento individual e coletivo. Interno e externo a cada indivíduo. Ao mesmo tempo em que se questiona qual abordagem pode ser utilizada para estimular esse processo reflexivo interno aos sujeitos, entende-se que o primeiro movimento já foi realizado a partir do momento em que surge a perspectiva da Educação escolar inclusiva, a qual permite a construção entre os alunos, de uma “nova cultura”, a da escola para todos. Esse cenário, a longo prazo, pode proporcionar uma mudança cultural, social e educacional em relação aos sujeitos com Necessidades Educacionais Especiais – NEEs (MEDEIROS; PAVÃO, 2022).

Campos e Caron (2016) abordam que quando a formação docente é pensada na perspectiva da qualidade do ensino, ela possibilita que os professores desenvolvam novos comportamentos, permitindo que as demandas individuais dos alunos sejam atendidas. Evidencia-se, também, a importância da cooperação e do comprometimento da comunidade escolar para a construção de um espaço formativo, comprometendo-se, de forma coletiva e colaborativa, empenhando-se na construção de uma escola para todos os alunos.

Embora desde 2008, no Brasil, a Educação escolar das pessoas consideradas público-alvo da Educação Especial venha sendo realizada no contexto do ensino regular, a trajetória da construção do pertencimento do professor de Educação Especial junto a esse espaço ainda é árdua. Sabidamente, os marcos do processo de inclusão antecederam a Política de Educação Especial na perspectiva

da Educação Inclusiva, publicada em 2008 (BRASIL, 2008), podendo ser destacadas uma série de documentações e legislações que contribuíram para essa mudança em torno da inclusão educacional (BRASIL, 1988, 1990, 1996).

## CAPÍTULO II - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

### 2.1 ABORDAGEM DA PESQUISA

A presente pesquisa realizada neste TCC se classifica na abordagem qualitativa, onde se requer compreender os fenômenos sociais dos sujeitos e as dificuldades que enfrentam nos meios aos quais estão inseridos, neste caso, com a comunidade cega, que abrange a escola, atendentes especializados, professores, a gestão da instituição, juntamente com o(a) pedagogo(a).

Para Godoy (1995, p.62)

Os estudos denominados qualitativos têm como preocupação fundamental o estudo e análise do mundo empírico em seu ambiente natural. Nessa abordagem valoriza-se o contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente e a situação que está sendo estudada. (...)

Creswell (2010, p. 43) vem trazendo sua definição, onde diz que esta metodologia vem “para explorar e para entender o significado que os indivíduos ou os grupos atribuem a um problema social ou humano”. O método qualitativo, ainda de acordo com o autor, centraliza-se na amostragem intencional, numa coleta de dados abertos, análises de textos ou de imagens e na interpretação pessoal dos achados, o que foi utilizado neste trabalho.

Como isso, a escolha por um estudo qualitativo, foi devido ao interesse de obter dados sobre aspectos educacionais, estruturais, didáticos, e o parecer de professores e principalmente da criança com deficiência visual, utilizando de entrevistas gravadas e com suas verificações.

### 2.2 COLETA DE DADOS ATRAVÉS DE ENTREVISTAS

Para que fosse possível ter um contato direto com os membros desta pesquisa, foi realizado uma coleta de dados através de entrevistas. Sendo um dos métodos mais utilizados nas ciências sociais, e uma grande vantagem desta técnica "é que ela permite a captação imediata e corrente da informação desejada, praticamente com qualquer tipo de informante e sobre os mais variados tópicos". (IDEM, p. 39). Além disso, numa entrevista é realizado um encontro entre duas pessoas, para que

uma delas obtenha informações a respeito de um determinado assunto. (MARCONI e LAKATOS, 1999, p. 94)

A entrevista se divide em três tipos;

**Estruturada:** o entrevistador segue um roteiro que é previamente estabelecido, as questões são feitas da mesma forma e na mesma sequência utilizando as mesmas palavras, não se elabora outras perguntas, é algo mais padrão.

**Não estruturada:** o entrevistador tem mais liberdade para realizar as perguntas, direcionando-as para outras perguntas que não estão no roteiro, tendo o mesmo como um guia para sua entrevista, podendo fazer adaptações e mudanças, permitindo explorar mais a questão.

**Semi-estruturada:** correlacionando com as demais entrevistas supracitadas, esta técnica é um meio termo, pois a um roteiro com todas as perguntas previamente estabelecidas, tendo as respostas livres e caso seja necessário o entrevistador pode acrescentar outras questões.

Com isso, as entrevistas aqui delimitadas manifestam um esquema livre e flexível, pautando-se na técnica de entrevista semi-estruturada, tendo o roteiro para servir como base, e não necessariamente seguido à risca, podendo surgir outras perguntas ao decorrer da entrevista.

### 2.3 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÕES DOS RESULTADOS

O presente capítulo tem o objetivo de mostrar os resultados obtidos na pesquisa e análise dessas informações. Ação que se deu através de entrevistas a três professoras, duas com formação em Licenciatura em Pedagogia, e uma Licenciatura em Letras e ao apoio pedagógico (formada em Pedagogia), profissionais que atuam na rede de ensino público, na educação básica, especificamente no Ensino Fundamental 1 em Tabatinga, Amazonas.

Por meio das informações coletadas foi possível desenvolver discussões sobre o problema levantado, e objetivos que possuem relação com fatores que dificultam ou contribuem com o aprendizado de crianças com necessidades visuais. Também construir esclarecimentos a respeito da temática pesquisada.

As professoras e o apoio pedagógico da Escola Municipal Professora Jociêdes Andrade, participaram de uma entrevista semiestruturada, que ocorreu nos

dias 3 e 7 de março de 2023, na qual usamos um roteiro contendo seis perguntas. Cada entrevista foi analisada de forma individual, e coletivamente de maneira qualitativamente, por meio das discussões dos dados.

### 2.3.1 Entrevista as professoras de Apoio ao aluno com Deficiência Visual – Escola Municipal Professora Jociêdes Andrade.

### 2.3.2 Você tem formação continuada em Educação Inclusiva?

Perguntamos as professoras se elas possuem formação continuada em Educação Inclusiva, todas disseram, não. Mas que realizam cursos de curta duração relacionados a Educação Especial, cursos considerados de qualificação na modalidade EAD – Educação a Distância, e pretendem se especializar na área, umas das entrevistadas relatou que está cursando Pós-Graduação em Psicopedagogia e Neurociência.

Dessa forma, concluímos que mesmo as entrevistadas não tendo formação continuada na área específica na qual estão atuando, todas estão preocupadas com seu trabalho e progresso no que concerne o ensino e aprendizagem de seus alunos. O que é um ponto bastante positivo para a escola, alunos e a família dessas crianças, e um ponto relevante na aprendizagem, também.

É possível afirmar que uma formação específica em qualquer área de atuação é fundamental no desenvolvimento, planejamento, construção, e práticas satisfatórias em qualquer âmbito profissional, mas não depende somente disso, não é um fator que pode ser encarado de forma isolada, uma vez que a desenvoltura de um bom trabalho depende de outros fatores, inclusive de engajamento, dedicação, compromisso em qualquer projeto ou atividade. A atividade docente é uma das mais desafiadoras, e requer bastante daqueles que a desempenham, e é claro que uma formação continuada somar a isso, não só para o profissional, mas para aqueles que dependem dele.

### Para DRAGO & MANGA (2017)

A formação de professores, além de ser temática de estudo nacional e internacional, está intimamente ligada à capacidade desse profissional em trabalhar com a diversidade que a escola abriga. Nesse contexto, essa formação, inicial e continuada, precisa ter relevância não apenas no contexto comum de ensino de alunos sem deficiência, mas também nos aspectos concernentes ao ensino e aprendizagem de alunos que compõem o público-alvo da Educação Especial, visto que esses sujeitos também estão inseridos no contexto social-histórico-cultural, afetando e sendo afetados pelos atravessamentos culturais humanos (DRAGO & MANGA, 201, p. 2).

O professor é um investigador por excelência, o que pode influenciar diretamente fatores positivos ou não no desenvolvimento dos sujeitos de aprendizagem, inclusive de crianças com necessidades visuais na escola. Também sabemos que bons resultados não é fruto do trabalho de apenas uma pessoa, mas da união de vários profissionais e instituições comprometidas com o avanço escolar, e formação humana.

Como é descrita em nossa lei maior, a Constituição Federal, aprovada em 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, aprovada em 1996, a educação é um dever da família e do estado, devendo ser realizada em consonância com a sociedade civil.

Dentro desse contexto alcançar bons resultados com qualquer público escolar, é a culminância da união entre pais, responsáveis, professores, escola, alunos. No caso de pessoas com necessidade especiais, isso vai além, são necessárias ações planejadas com profissionais da educação, saúde, e a família.

É de conhecimento local que a maioria das cadeiras ocupadas por professores no município de Tabatinga - AM, é por meio de processo seletivo. Mediante a publicação de edital, todos os interessados precisam preencher uma ficha destacando a formação, cargo que deseja concorrer, local (sede, ou comunidades ribeirinhas), que deve ser entregue junto com alguns documentos comprobatórios para coordenação de avaliação e seleção de professores formada pela Secretaria de Educação. As inscrições são únicas por pessoas, salvo se o candidato possuir mais de uma formação.

Sobre a Educação Especial, o último edital publicado em 23 de dezembro de 2022, no Diário Oficial do Município (Disponível em <https://diariomunicipalaam.org.br>), os requisitos que o profissional devia preencher

para concorrer a uma vaga e atuar na área, caso fosse selecionado, era, ser formado em Licenciatura em Pedagogia, Pedagogia Intercultural, ou Normal Superior, com curso de Educação Especial nas áreas de deficiência auditiva, visual ou mental com carga horária mínima de 80 horas ou curso sequencial na mesma área, com 40 horas cada, totalizando assim, 80 horas.

Mesmo levando em consideração a quantidade significativa de escolas presentes no município, o mesmo documento disponibilizava apenas de sete vagas para professores considerados mediadores, isso fazendo referência somente para a sede, não levando em consideração as escolas e alunos localizados nas comunidades ribeirinhas, o documento publicado não menciona em momento algum esse fato.

Essa informação deixa margens para muitas interpretações e questionamentos acerca das razões que uma cidade como Tabatinga que possui mais de 71 mil habitantes, oferta um número tão baixo de vagas quando se trata de Educação Especial. E por quais razões não oferta nenhuma vaga para as comunidades ribeirinhas. Será que não existe alunos que necessitam de ajuda nesses lugares também? As contratações correm apenas por indicações nesses lugares, sem uma avaliação ou maiores requisitos para atuarem nessa área? Ou todos os alunos são tratados como iguais?

Tal informação é bastante interessante porque quanto mais problematizarmos, poderemos extrair maiores informações que tenha ligação estreitas com a forma que é encarada a Educação especial no município de Tabatinga, por meio da Secretaria de Educação, Coordenação da Educação Inclusiva, entre outros.

Incluir é mais que juntar um grupo de pessoas em um determinado local e obriga-las a conviverem umas com as outras pacificamente, fazer inclusão vai além de aceitar uma criança, jovem ou adulto numa escola. O trabalho de inclusão de surdos, mudos, cegos, autistas, paraplégicos e outros não pode ser encarada de forma simplista e populista, é avaliar constantemente os ranços e avanços de propostas em andamento, melhorando, e corrigindo sempre.

Conseguimos entender a partir da revisão de literatura que muitas coisas ao longo das últimas décadas foram conquistadas, e somam no avanço de uma educação com mais equidade e qualidade, apresentando direitos outrora negados, reconhecendo quem antes era discriminado, visto como incapaz de aprender.

Contudo, mesmo depois da aprovação de algumas leis, sabemos que se tratando de educação, nada é simples.

Educar não uma tarefa fácil, requer muito trabalho, não se pode fazer em um dia, não ocorre num passe de mágica, não depende de apenas um fator. Em nosso país as atividades escolares seguem uma série de recomendações, requisitos e normas a serem seguidas, sujeitas a decisões as vezes confusas, contraditórias, repleto de viés políticos, ideológicos que mais atrapalham do que ajudam em sala de aula.

2.3.3 Quais são os maiores desafios hoje, enfrentados por seus alunos com deficiência visual?

**Quadro1: Os maiores desafios enfrentados pelos discentes com deficiência visual.**

---

No momento estou tendo um primeiro contato, pude observar que o aluno é bem comunicativo e esforçado. (Professora A)

---

Neste momento é a adaptação, devido a mudança de escola. (Professora B)

---

A criança em questão, apresenta níveis de desenvolvimento acima de média, e não enfrenta maiores desafios em relação ao seu aprendizado. Mas uma questão a destacar, é a que já mencionei anteriormente, não tenho formação continuada nessa área. (Professora C)

---

**Fonte:** ROCHA, 2023

Conforme o roteiro, também perguntamos as professoras, quais são os maiores desafios hoje, enfrentados por seus alunos com deficiência visual.

Com base nas respostas das professoras, vista no quadro 1, observamos alguns pontos importantes a destacar, a professora A, não respondeu de fato a pergunta, e apresenta uma característica do aluno, e não uma dificuldade ou desafio enfrentado por ele.

A professora B, por outro lado nos traz uma informação mais sucinta, destacando que devido uma recorrente mudança no ambiente de estudo da criança que ela está acompanhando, o aluno ainda está procurando se adaptar ao novo local, o que por sua vez pode gerar mudanças de comportamento, dificuldades de socialização, e coisas similares que interferem de forma negativa no aprendizado.

Paralelo as duas afirmações, a professora C, não faz menção ao aluno em si, mas deixar margens para interpretações a respeito de um dos desafios que a criança enfrenta, ser atendido por profissionais que mesmo com nível superior, não possuem formação específica para tal trabalho.

Atualmente os maiores desafios vivenciados pelos alunos com deficiência visual na escola e em sua vida é construir autonomia e independência nos espaços sociais, por isso se faz necessário desenvolver programas de orientação e mobilidade “e dever ser desenvolvido de forma individualizada, de acordo com o contexto de cada aluno, considerando a maneira como a pessoa com deficiência visual, seus familiares, professores percebem seu desenvolvimento (SANTOS, 2007, p. 61)

Outra coisa é realizar seus afazeres diários do cotidiano de outras pessoas, isso porque “não adianta a pessoa adquirir inúmeros conhecimentos teóricos e habilidades se não souber desempenhar adequadamente as atividades comuns exigidas para a participação em qualquer grupo” (LORA, 1997, p. 93)

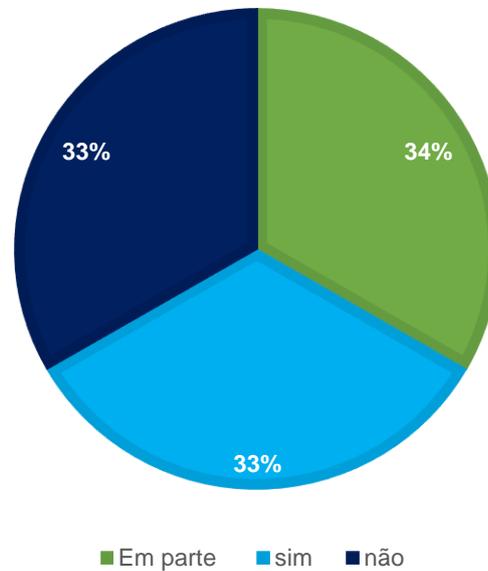
Além disso, muitas crianças ainda não dispõem de tecnologias que possam contribuir com o seu aprendizado, é sabido que nós em quanto ser humano precisamos de todos os nossos sentidos para viver e compreender melhor o mundo. As tecnologias intensificaram os nossos sentidos e melhoraram a nossa comunicação, facilitaram os meios de transportes, e em auxiliam de muitas atividades. O que torna quaisquer investimentos em tecnologias assistidas uma forma promover e:

Proporcionar à pessoa com deficiência maior independência, qualidade de vida e inclusão social, através da ampliação de sua comunicação, mobilidade, controle de seu ambiente, habilidade de seu aprendizado, trabalho e integração com família, amigos e sociedade (CLIK TECNOLOGIAS ASSISTIDAS, 2007)

O objetivo da educação não é apenas repassar conhecimentos, mas formar cidadãos que contribuam com a sociedade positivamente, transformando suas realidades e construindo um mundo melhor. Oferecer uma educação de qualidade a pessoas com necessidades visuais é confirmar essa ideia, é um apoio a movimentos de mudança em concepções, ideologias, e tomadas de decisões na busca de novos horizontes.

### 2.3.4 O conteúdo de sala de aula é aprendido com facilidade por seu discente?

#### 1. Percepção das docentes sobre a aprendizagem dos conteúdos pelos discentes sala de aula.



**Fonte:** ROCHA, 2023.

Questionamos as docentes se o conteúdo ministrado em sala de aula, é aprendido com facilidade por seu discente. Como ilustra a figura 1, 33% das entrevistadas disseram, que em parte, 33% responderam, sim, e 34%, afirmaram, que não. Logo, constatou-se que mesmo se tratando de uma mesma escola, as professoras enfrentam situações diferentes, e que alguns alunos apresentam menor e maiores dificuldades, isso pode estar ligado ao grau da deficiência visual apresentado em cada um. Também, pela maneira com que cada docente lida com as situações recorrentes em seu cotidiano, sua metodologia, ou planejamentos.

A partir dessas respostas, conseguimos ver mais claramente aquilo que foi questionado sobre os desafios enfrentados pelos alunos com deficiência visual, que neste caso um deles é assimilar o conteúdo ministrado em sala de aula, ainda que segundo as professoras, não é uma realidade geral.

Quando falamos de conteúdo, automaticamente somos levados a levantar questões metodológicas, materiais, recursos didáticos e tecnológicos utilizados em sala de aula para facilitar quaisquer dificuldades, não apenas de alunos que tenham certa dificuldade física, mas num contexto geral.

No tocante a isso, foram citadas algumas medidas usadas para facilitar a aprendizagem desses indivíduos, e diminuir essas dificuldades, as professoras disseram que realizam intervenções dependendo do grau de dificuldade apresentada em cada um, citamos por exemplo: a ampliação de letras, no formato impressa, com fonte tamanho 60 ou 64 para aqueles que possuem visão espelhada ou deficiência visual parcial, realização de avaliação oralmente, construção de quadros adaptados para auxiliar na escrita de palavras e textos.

Historicamente a partir da década de 80, com as novas teorias de desenvolvimento no campo da linguagem, psicologia, psicanálise, psicopedagogia, começamos a perceber que a educação passa a enxergar a criança sob uma nova perspectiva, o professor começa a deixar de ser o centro do ensino e novos meios de ensino e aprendizagem são discutidos. Mas ainda assim, muitas questões relacionadas a Educação especial não foram problematizadas.

#### 2.3.5 Já apresentou alguma proposta de mudança para o Plano Pedagógico Escolar acerca de alunos com deficiência visual?

Outra pergunta que foi feita as professoras entrevistadas é se elas já tinham apresentado alguma proposta de mudança para o Plano Pedagógico Escolar acerca de alunos com deficiência visual, duas professoras responderam, não, e uma disse, sim. Alves e Oliveira (2019, p. 1), comentam que “o planejamento pode ser considerado como um guia entre o meio e o fim, é importante tanto para a vida pessoal como a vida profissional.”

Em suma, o Plano Pedagógico Escolar, é muito importante, essencial para que exista um bom desempenho da escola, contemplando sua totalidade e casos específicos ali vivenciados. Isso é definido dessa maneira porque é no PPE que está contido:

[...] os passos que a escola vai dar durante todo o ano letivo. Nele, deve expressar todos os propósitos que a escola pretende alcançar, qual o tipo de educação pretende oferecer, além de organizar as etapas dos trabalhos que irão ser realizados (ALVES e OLIVEIRA, 2019, p. 9).

A proposta apresentada pela docente nessa linha de pensamento é específica para o aluno que ela atende, trata-se de uma adaptação dos conteúdos,

ampliação das letras, pois a criança assistida por ela apresenta lado esquerdo luminoso, visão luminosa, e enxerga algumas coisas, não sendo necessário o uso de Braille no momento.

Contribuindo com isso Alves e Oliveira (2019), discorrem sobre o plano da escola, que não só ajuda nas atividades escolares, é essencial para que:

[...] haja um bom desempenho escola, já que nele está colocado os passos que a escola vai dar durante todo o ano letivo. Nele, deve expressar todos os propósitos que a escola pretende alcançar, qual o tipo de educação pretende oferecer, além de organizar as etapas dos trabalhos que irão ser realizados (ALVES e OLIVEIRA, 2019, p. 5)

Em vista disso, pode-se constatar que os trabalhos dentro de sala de aula, quando se trata de conteúdos para os alunos com deficiência visual na escola investigada são feitos de forma isolada, e individual, não acontecendo de forma integrada, levando as necessidades individuais e gerais ao mesmo tempo.

Sendo assim, o plano da escola, vem com o objetivo de descrever a estrutura escolar como um todo. É ele que vai orientar o corpo docente sobre as suas ações durante todo o ano letivo, para tanto, é importante que o professor tenha em mãos este plano de ação, para que assim possam produzir seus materiais e suas aulas de acordo com ele. Desse modo, ele irá orientar o professor a planejar suas aulas de forma a cumprir tais objetivos (ALVES e OLIVEIRA, 2019, 4).

A maioria dos professores trabalham em regime temporário, mediante a processo seletivo realizado pela prefeitura municipal, através da Secretaria Municipal de Educação – SEMED. Devido a este fato é um pouco dificultoso apresentar algumas propostas mais adequadas, específicas e duradouras, todos os anos existem mudanças no quadro docente, uma segunda questão é que os alunos também não podem ser os mesmos, e as necessidades podem ser diversas.

Por outro lado, isso não impede que os docentes mediante a concordância com a gestão escolar, desenvolvam planejamentos que venham ao encontro dos desafios recorrentes daquele ano específico, uma vez que que o Plano Pedagógico Escolar deve sempre está atualizado, ser flexível e sujeito a alterações.

O plano pedagógico e administrativo da unidade escolar, onde se explicita a concepção pedagógica do corpo docente, as bases teórico-metodológicas da organização didática, a contextualização social, econômica, política e cultural escola, a caracterização da clientela escolar, os objetivos educacionais gerais, a estrutura curricular, diretrizes metodológicas gerais, o sistema de avaliação do plano, a estrutura organizacional e administrativa (LIBÂNEO, 1994, p. 230).

Esse modelo de plano da escola, dever ser construído e discutido por todo corpo docente de forma democrática e consensual. Os professores são aqueles que possuem contato direto com os alunos diariamente, então são os mais aptos a apresentarem propostas, mas não são os únicos a definirem tudo.

#### 2.3.6 Acredita que a escola está preparada de modo geral para o trato com os alunos com eficiência visual?

Ao perguntarmos a respeito da preparação da escola para receber os alunos com deficiência visual, duas professoras consideram que a escola de modo geral não está preparada, e apenas uma considera que sim. Esta questão trata da estrutura da instituição, formação e trabalhos docente, material de ensino, recursos, conteúdos trabalhados, gestão escolar, apoio pedagógico.

Referente às práticas pedagógicas, os desafios enfrentados pelos professores na educação inclusiva citam que este fator está relacionado à falta de recursos necessários, monitores e materiais pedagógicos, que muitas vezes, dependendo da deficiência do aluno precisa ser adaptado (CARVALHO, 2015, p. 27)

As entrevistadas que responderam, sim, justificam suas respostas afirmando que a escola possui material em Braille, placas com braile nas repartições da escola, contendo informações essenciais, alunos conscientes e respeitosos com os colegas com deficiência visual, direção da escola comprometida com os alunos com necessidades especiais.

Por outro lado, é mencionado mais uma vez a questão da formação dos docentes que não possuem formação continuada para atender esse público, e o material é para alunos com deficiência visual total, no entanto existem alunos que possuem visão parcial que precisam de material com as letras ampliadas, o que não existe na escola, materiais como livros ou similares.

Uma escola preparada, consciente do seu papel diante a sociedade, com certeza pode levar a educação a um novo patamar, onde pessoas de todas as classes, e lugares sejam incluídas. Sabemos que ainda é um grande desafio construirmos uma escola inclusiva que contenha todos os requisitos que almejamos.

A maioria das escolas neste município (Tabatinga) sofreram adaptações nesses últimos anos, isso porque não foram construídos pensando em atender um público diferente dos ditos normais. Algumas nem se quer possuíam estrutura física de escola, ou eram lugares alugados pela prefeitura, em que os professores e alunos tinham que enfrentar diversas dificuldades e desconfortos, ou *foram locais que se transformam em escolas*.

Podemos citar o exemplo de escolas municipais que possuem alunos em locais conhecidos como anexos, ainda hoje funcionam em salas pequenas, sem muito preparo físico para atender as necessidades das crianças, alguma até funcionam em salões de igrejas, entre outras repartições.

Sobre isso, compreendemos que a escola ainda precisa de mudanças para ofertar mais qualidade de ensino aprendizagem, e isso acarreta na criação de políticas públicas, elaboração de metas a serem alcançadas em um curto e longo prazo, assim como uma responsabilidade da gestão municipal, pais e responsáveis, coordenadorias, gestão escolar. O que por sua vez demanda planejamento, investimento e compromisso de todos.

### 2.3.7 Existe uma acolhida para todos os alunos com deficiência?

Um último questionamento que fizemos, foi sobre a existência de acolhidas para todos os alunos com deficiência. Todas as entrevistadas responderam, sim. Nas palavras das professoras, a escola procura envolver a todos, e professores auxiliares usam os recursos disponíveis para isso. Além disso, existem algumas programações que possuem objetivos de reforçar esse trabalho, como a semana da pessoa com deficiência, conversas com os alunos sobre respeito, amor, união e inclusão de pessoas diferentes umas das outras.

Esse tratamento visa gerar sentimento não apenas de aceitação do outro, mas demonstrar que mesmo com algumas limitações, algumas crianças não só aprendem, têm a capacidade de ensinar muitas lições, exemplos de superação e determinação.

Nesse sentido, o Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa (1997), define a palavra *acolhimento* como: “Ação ou efeito de acolher; Acolhida; Modo de receber ou maneira de ser recebido; Consideração; Boa acolhida; Hospitalidade; Lugar em que há segurança; Abrigo.” Tais definições linguísticas nos remetem, quase que instantaneamente, a pensar em sentimentos de acalento e calma, em ambientes onde as emoções são validadas, sentidas e realmente respeitadas. Onde as interações e as vivências são permeadas por largos sorrisos e sinceras demonstrações de carinho.

De acordo com Staccioli (2013, p. 28), “Acolher uma criança é também acolher o mundo interno dela, as suas expectativas, os seus planos, as suas hipóteses e as suas ilusões”. A forma que os alunos são tratados reflete na maneira como eles reagem diante dos desafios propostos no dia a dia, elogios e recompensas quando terminam alguma atividade proposta, são meios que precisam ser utilizados com cuidados, no entanto são essenciais em muitos momentos para incentivar as crianças.

Um ambiente acolhedor vai além de livros, cadeiras, quadro, professores e alunos sentados em círculos, é um lugar onde todos possuem espaço, voz, vez e possibilidades de progredirem, construir sua própria identidade, onde aprendem e compartilham saberes, conhecem seus deveres como aluno, filho, cidadão, usufruindo direitos vitais sem distinção entre um e outro. “Talvez o princípio do acolhimento seja fácil de enunciar e difícil de colocar em prática. Mas é um princípio que oferece, também, satisfação, interesse e um renovado prazer de construir a escola com crianças reais, em meio a pessoas de verdade” (STACCIOLI, 2013, p. 45)

#### 2.3.8 Entrevista a pedagoga da Escola Municipal Professora Jociêdes Andrade. A respeito do Apoio ao aluno com Deficiência Visual

Para obtermos mais informações sobre o assunto em estudo, também entrevistamos a pedagoga da escola. Utilizando as mesmas perguntas que as professoras tiveram que responder. Para não sermos enfadonhos, mas sucintos, foi decidido apresentar a devolutiva do apoio pedagógico em formato de texto corrente.

Similar as docentes, a entrevistada não possui formação continuada em Educação Especial, e considera que o maior desafio hoje enfrentados pelos alunos

com deficiência visual é ter o suporte, pois há uma carência de professores formados na área. Também, concorda que as crianças apresentam dificuldades em assimilar os conteúdos repassados em sala de aula, tendo sempre a necessidade de auxílio para desenvolver suas atividades.

Da mesma forma que a maioria das professoras, a pedagoga não apresentou nenhuma proposta de mudança para o Plano Pedagógico Escolar acerca de alunos com deficiência visual, e não acredita que a escola esteja preparada para atender esse tipo de criança, pois necessita de adaptações e suporte profissional, concorda, também que a Escola Municipal Professora Jociêdes Andrade, realiza com sucesso acolhidas não apenas com discentes com necessidades educacionais especiais, mas com todos, sem exceção.

Se tratando de formação continuada ofertada pelo município, a pedagoga cita, uma programação que acontece anualmente conhecida como Jornada Pedagógica, onde as aulas são interrompidas geralmente por três dias, para os professores se reunirem e participarem de uma espécie de capacitação, nesse encontro, é abordado alguns temas considerados de maior importância ou urgência, uma temática é a Educação Especial, mediado pela coordenação de Educação Especial e Inclusiva.

Essa capacitação ocorre durante o turno matutino e vespertino, considerada bastante proveitosa pelos profissionais da educação, onde ocorrem debates, discussões, troca de experiências, e exposições de pontos importantes sobre o assunto, mas pelo fato de ser realizado em curto espaço de tempo, é limitada em vários aspectos. Para além disso, não existe um programa para o ano inteiro, mesmo que a Coordenação de Educação Especial sempre se põe à disposição, não pode atender todas as demandas ao mesmo tempo de modo geral.

A Jornada Pedagógica, conta com a presença de alguns convidados da rede pública de ensino, professores Doutores, Mestres, Especialistas em áreas diferentes, neste ano (2023) o encontro está marcado para acontecer nos dias 2, 3, 4, e 5 de maio do corrente ano, que possivelmente será realizado na Escola Municipal Professora Jociêdes Andrade, assim como em anos anteriores.

É bom lembrarmos que dificuldades existem em todos os níveis do ensino básico, mesmo trabalhando com crianças que não apresentam nenhuma necessidade educacional especial. Ademais, o importante mesmo é que a criança

consiga alcançar os objetivos que os professores propõem, que demonstre progressos, apresente interesse, esteja numa constante evolução e progresso.

Dizer que uma criança cega tem dificuldades de aprender, é nada mais que o óbvio, falar que uma pessoa surda encontra dificuldade para se comunicar com outras pessoas, também é confirmar algo visível a qualquer um. O que devemos mesmo nos perguntar, é o que a escola faz em relação a tudo isso, quais as medidas tomadas que tenham objetivos de enfrentar essas questões, mudando assim essas realidades.

Com base nessas respostas, chegamos a afirmarmos que a escola tem feito o seu trabalho na medida das suas possibilidades, mas que precisa ajustar alguns pontos, principalmente, no que diz respeito a formação continuada dos docentes e o próprio apoio pedagógico.

Para tanto não buscamos meramente justificativas que explique pontos positivos e negativos, coisas boas e ruins na inserção, atendimento e permanência de alunos com necessidades especiais em escolas regulares.

Em outras palavras, queremos discutir facilidades na transição desses alunos, percebendo isso como um avanço, oferecendo suporte no processo de aprendizagem na rede de ensino regular, dentro a esfera que contempla o Ensino Fundamental 1. Este conceito, segundo Mittler (2003, p.25), “se refere a todas as crianças que não estão beneficiando-se com a escolarização e não apenas aquelas que são rotuladas com o termo necessidades educacionais especiais”.

Concluimos, assim, que mesmo com todas as problemáticas já citadas, tanto as pessoas que foram entrevistadas e a escola de modo geral demonstram preocupação em proporcionar um atendimento de qualidade ou no mínimo satisfatório para as crianças com necessidade visual no Ensino Fundamental 1, o que influencia diretamente no desenvolvimento desse público, no seu acesso à educação e sua permanência, no desenvolvimento de competências e habilidades de aprendizagem para os próximos níveis de ensino.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste Trabalho de Conclusão de Curso procuramos esclarecer sobre a educação inclusiva, seus marcos históricos e como ela é fundamental na vida de alunos com DV, ressaltando sobre algumas características da deficiência visual, esta pesquisa buscou esclarecer tais questões e averiguar como a escola acolhe esses alunos e as dificuldades que ela possui.

Ressaltando dois pontos importantes, a formação dos profissionais da unidade de ensino e a falta de metodologias para com esses alunos. A escola é umas das que mais recebem alunos especiais, tendo assim, uma grande variedade de alunos com deficiência.

Aqueles que são mediadores passaram por um processo seletivo, nele era necessário ser formado em Pedagogia, Pedagogia Intercultural e normal superior, para a educação especial era necessário cursos voltadas para o mesmo, com carga horária de 80 horas. Muitos desses professores não possuem educação continuada na área especial, e dentre tantos motivos, citamos a falta de cursos na cidade, a falta de recursos para realizá-los, pois muitas vezes é necessário que seja feito EaD, que é mais dificultoso para muitos desses professores.

Quando foram entrevistados mostraram que estão buscando se especializar ainda mais, para que assim possam estar mais capacitados para trabalhar na área especial ou para saber lidar com alunos deficientes.

Pelo que percebemos a escola possui muitos profissionais que atendem dentro de suas salas alunos especiais, porém suas metodologias são apenas para alunos ditos “normais” esquecendo que dentro de sua sala possui crianças cegas, surdas, autistas e assim sucessivamente, suas metodologias esquecem de certa maneira esses pequenos.

É necessário que os professores tenham uma educação continuada, com cursos que não sejam apenas de qualificação, nisto é importantíssimo que tais cursos sejam disponíveis a eles, a Prefeitura de Tabatinga ofertando tais cursos ajudaria os alunos, os professores e educação em si.

Portanto, este TCC possibilitou meu aprimoramento teórico e prático em relação a educação inclusiva, e em particular com a educação de cegos na cidade de Tabatinga. O desenvolvimento desta pesquisa marcará minha vida acadêmica, profissional e as futuras pesquisas.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Jucinara Ferreira. OLIVEIRA, Gerlândia Beatriz Teobaldo de. **A importância do planejamento escolar para a atuação em sala de aula.** Artigo publicado no IV Congresso Nacional de Educação. Universidade do Estado da Paraíba – UEPB. Disponível em [https://: www.editorarealize.com.br](https://www.editorarealize.com.br).

BARBOSA, R. S.; BUZETTI, M. C.; COSTA, M. P. R. **Educação especial, adaptações curriculares e inclusão escolar:** desafios na alfabetização. São Carlos: Pedro & João Editora, 2019.

BERNARDES, J. F.; SANTOS, E. G.; LUCENA, L. S. Inclusão de alunos com deficiência visual: um estudo de caso da experiência de professores e alunos de Manaus no período de 2020/2021. **Revista Prociênci@s**, v. 5, n. 1, p. 1-29, 2022.

BLANCO, R. **La atención educativa a la diversidad:** escuelas inclusivas. Calidad, equidad y reformas em La enseñanza. Buenos Aires: Santillana. 2010.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 05 de outubro de 1988. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 05 out. 1988.

Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 10 fev. 2023.

BRASIL. **Decreto Federal nº 3.956, de 8 de outubro de 2001.** Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 09 out. 2001b.

Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2001/d3956.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3956.htm). Acesso em: 03 fev. 2023.

BRASIL. **Decreto Federal nº 6.949, de 25 de agosto de 2009.** Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 ago. 2009a.

Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm). Acesso em: 03 fev. 2023.

BRASIL. **Decreto Federal nº 7.611, de 17 de novembro de 2011.** Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 nov. 2011a.

Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm). Acesso em: 04 jan. 2021.

BRASIL. **Decreto Federal nº 7.612, de 17 de novembro de 2011.** Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Plano Viver sem Limite. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 nov. 2011b.

Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/decreto/d7612.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7612.htm). Acesso em: 04 jan. 2021.

BRASIL. **Decreto Legislativo nº 198, de 13 de junho de 2001.** Aprova o texto da Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 15 jun. 2001a.

Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/norma/592634/publicacao/15711693>. Acesso em: 03 fev. 2023.

BRASIL. **Lei Federal nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.** Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 dez. 2000.

Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l10098.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10098.htm). Acesso em: 10 fev. 2023.

BRASIL. **Lei Federal nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001.** Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jan. 2001c.

Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/l10172.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm). Acesso em: 03 fev. 2023.

BRASIL. **Lei Federal nº 10.436, de 24 de abril de 2002.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 abr. 2002.

Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/l10436.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm). Acesso em: 03 fev. 2023.

BRASIL. **Lei Federal nº 10.845, de 5 de março de 2004.** Institui o Programa de Complementação ao Atendimento Educacional Especializado às Pessoas Portadoras de Deficiência, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 08 mar. 2004a.

Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/lei/l10.845.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.845.htm). Acesso em: 10 fev. 2023.

BRASIL. **Lei Federal nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012.** Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dez. de 1990. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 28 dez. 2012.

Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm). Acesso em: 05 fev. 2023.

BRASIL. **Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 jun. 2014a. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm). Acesso em: 03 jan. 2023.

BRASIL. **Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 07 jul. 2015. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm). Acesso em: 03 fev. 2023.

BRASIL. **Lei Federal nº 7.853, de 24 de outubro de 1989.** Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 out. 1989. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l7853.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7853.htm). Acesso em: 10 fev. 2023.

BRASIL. **Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm). Acesso em: 05 fev. 2023.

BRASIL. **Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 05 fev. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, DF, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducoespecial.pdf>. Acesso em: 03 jan. 2023

BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 4, de 2 de outubro de 2009.** Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 05 out. 2009b. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004\\_09.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf). Acesso em: 05 FEV. 2023.

CABRAL, D. Instituto dos Meninos Cegos (1889-1930). **Arquivo Nacional MAPA: Memória da Administração Pública Brasileira.** 2020. Disponível em: <http://mapa.arquivonacional.gov.br/index.php/dicionario-primeira-republica/815-instituto-dos-meninos-cegos>. Acesso em: 02 fev. 2023.

CARVALHO, Joscilde Benícia dos Santos. **A importância da formação de professores na escola inclusiva: estudo de caso da escola classe nº 64 de Ceilândia sul-brasília/df.** 2015.

CLIK TECNOLOGIA ASSISTIDA. **Objetivos da Tecnologias Assistidas.** Disponível em <http://www.clik.com.br/ta-01.html>. Acesso em 04 de mar. de 2023.

COELHO, C. P.; SOARES, R. G.; ROEHRS, R. Ensino de ciências através da prática experimental flexibilizada para aluno deficiente visual. **Interfaces da Educação**, Paranaíba, v. 13, n. 37, p. 332-353, 2022

CONGRESSO EUROPEU SOBRE DEFICIÊNCIA. **Declaração de Madri.** Madri, Espanha, 2002. Disponível em: <https://ampid.org.br/site2020/onu-pessoa-deficiencia/#madrid>. Acesso em: 03 fev. 2023.

DICIONÁRIO AURÉLIO da **Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

DRAGO, Rogério. MANGA, Vanessa Pita Barreira Burgos. **Deficiência visual e formação de professores: para uma revisão conceitual**. Crítica Educativa (Sorocaba/SP), v. 3, n. 3, p. 292-310, ago./dez.2017.

GIL, M. **Deficiência visual**. 1 ed. Brasília: MEC, 2000. Benjamin Constant, Rio de Janeiro, ano 21, n. 58, v. 1, p. 49-63, jan.-jun. 2015.

HELM, D. J. **Programação neurolinguística**: Aprimorando o aprendizado para deficientes visuais. São Paulo: Pioneira, 2018.

INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT. **Álvares de Azevedo, o disseminador do Braille no Brasil**. 2018. <http://www.ibr.gov.br/fique-por-dentro/677-alvares-de-azevedo-o-disseminador-no-brasil>. Acesso em: 02 fev. 2023.

LIBANEO, José Carlos. O planejamento escolar. In: **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.

LORA, Tomázia Dirce Peres. Atividades da vida diária. In: BRUNO, Marilda

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MEDEIROS, R. V.; PAVÃO, S. M. O. Deficiência visual: proposição de um teste de nivelamento auxiliar no levantamento de demandas formativas docentes. **Revista Atos de Pesquisa em Educação** / Blumenau, v. 17, e9399, p. 1-27, 2022.

MELO, J. C.; OLIVEIRA, J. J. A. B. Sistema Braille no processo de ensino-aprendizagem das pessoas com deficiência visual: da Educação Infantil ao Ensino Superior. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Ed. 10, Vol. 13, p. 63-73, 2019.

MELO, M. J. S. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas**. São Paulo, Ed. Cortez, 2017.

MITTLER, Peter. **Educação inclusiva: contextos sociais**. Editora: Artmed, São Paulo, 2003.

Moraes Garcia. **Deficiência visual: Reflexões sobre a Prática Pedagógica**. São Paulo: Larama, 1997. p. 93-106.

NUNES, S. S.; LOMÔNACO, J. F. B. Desenvolvimento de conceitos em cegos congênitos: caminhos de aquisição do conhecimento. **Psicologia escolar e educacional**, v. 12, n. 1, p. 119-138, 2008.

OEA. Organização dos Estados Americanos. **Convenção Interamericana para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência** (Convenção da Guatemala). Guatemala, 1999.

Disponível em: <http://www.oas.org/juridico/portuguese/treaties/a-65.htm>. Acesso em: 06 fev. 2023.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Convenção sobre os Direitos da Criança**. Nova Iorque, Estados Unidos, 1989. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca>. Acesso em: 10 fev. 2023.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Paris, França, 1948. Disponível em: <https://www.ohchr.org/EN/UDHR/Pages/Language.aspx?LangID=por>. Acesso em: 10 fev. 2023.

PINTO, S. S. et al. Pessoas com deficiência visual e o direito à cidade. In A. J. N. da Silva (Org.). **Educação: atualidade e capacidade de transformação do conhecimento gerado**. 4. Cap. 19. Ponta Grossa, PR: Atena. E-Book. 2020.

PINTO, S. S.; BARBOSA, R. S. Letramento infantil e alfabetização em braille: possibilidades e reflexões. **REIN! Revista Educação Inclusiva**, v. 7, n. 2, p. 1-17, 2022.

POZZOBON, G; POZZOBON, L. **Audiodescrição**. 2019. Disponível em: <http://audiodescricao.com.br/ad/>. Acesso em: 21 jan. 2023.

RESENDE, A. P. C VITAL, F. M. P. **A Convenção sobre Direitos das Pessoas com Deficiência Comentada**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 2008. Disponível em: <https://www.governodigital.gov.br/documentos-e-arquivos/A%20Convencao%20sobre%20os%20Direitos%20das%20Pessoas%20com%20Deficiencia%20Comentada.pdf>. Acesso em: 08 jan. 2023.

SANTOS, Marinalva Jesus dos. **Escolarização do aluno com deficiência visual e sua experiência educacional / Marinalva dos Santos**. – 2007. 113 f.

SILVA, C. A. **Trajetórias da Inclusão e Caminhos de Formação: Percuro Escolar de Estudantes com Deficiência Visual no Curso Técnico em Agropecuária do IFCE Campus Crato**. 92f. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2018.

SILVA, L. et al. Ensinando a física da cor do objeto para alunos com deficiência visual por meio de um protótipo em Arduino. In: **Anais... Encontros Integrados em Física e seu Ensino 2022**, Universidade de Brasília, Instituto de Física, Brasília, 2022.

SOUZA, H. P. DE S.; GUIMARAES, I. P. **Formação de professores para a educação especial e escola inclusiva no Brasil**. São Paulo: Summus, 2014.  
STACCIOLI, Gianfranco. **Diário do acolhimento na escola da infância**. São Paulo: Campinas, 2013.

UNESCO. **Declaração de Salamanca:** Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Salamanca, Espanha, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2023.

UNESCO. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos** (Conferência de Jomtiem). Jomtiem, Tailândia, 1990. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-mundial-sobre-educacao-para-todos-conferencia-de-jomtien-1990>. Acesso em: 10 fev. 2023.

## APÊNDICE

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS – UEA  
CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE TABATINGA – CESTB CURSO DE  
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

Prezado (a) Senhor (a):

Você está convidado (a) a responder este questionário de forma anônima que faz parte da coleta de dados da pesquisa do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), com **a temática: Fatores Que Dificultam A Aprendizagem De Crianças Com Necessidades Visuais No Ensino Fundamental I Na Escola Pública De Tabatinga**. Concordando em participar da pesquisa saiba:

- a) você é livre para, a qualquer momento, recusar-se a responder às perguntas; b) você pode deixar de participar da pesquisa a qualquer momento sem justificativa;
- c) sua identidade será mantida em sigilo;
- d) caso você queira, poderá ser informado (a) de todos os resultados obtidos com a pesquisa, independentemente de ter desistido de responder ou não.

Contando com a sua colaboração, antecipo meus agradecimentos, ao mesmo tempo em que me coloco à disposições para quaisquer informações que se fizerem necessárias.

### **Questionário para Professor de Apoio ao Aluno com Deficiência Visual**

**1. VOCÊ TEM FORMAÇÃO CONTINUADA EM EDUCAÇÃO INCLUSIVA?**

---



---



---



---

**2. QUAIS SÃO OS MAIORES DESAFIOS HOJE, ENFRENTADOS POR SEUS (S) ALUNO (A) (S) COM DEFICIÊNCIA VISUAL?**

---



---



---



---

**3. O CONTEÚDO DE SALA DE AULA É APRENDIDO COM FACILIDADE POR SEU DISCENTE?**

---



---



---

---

---

**4. JÁ APRESENTOU ALGUMA PROPOSTA DE MUDANÇA PARA O PLANO PEDAGOGICO ESCOLAR ACERCA DE ALUNOS COM DEFICIENCIA VISUAL?**

---

---

---

---

---

**5. ACREDITA QUE A ESCOLA ESTÁ PREPARADA DE MODO GERAL PARA O TRATO COM OS ALUNOS COM DEFICIENCIA VISUAL?**

---

---

---

---

---

**6. EXISTE UMA ACOLHIDA PARA TODOS OS ALUNOS COM DEFICIENCIA?**

---

---

---

---

---